

# Os economistas e a crise

José Luís Fiori

No dia 17 de fevereiro de 2009, o presidente Barack Obama sancionou seu pacote de estímulo à economia americana, no valor de 787 bilhões de dólares. Uma semana antes, seu secretário do Tesouro, Timothy Geithner, anunciara um outro pacote de medidas que podem chegar aos 2 trilhões de dólares, para reativar o crédito e salvar o sistema financeiro norte-americano. Mas apesar do volume de recursos envolvidos, não se sabe exatamente quando, onde e como eles serão gastos, nem tampouco se sabe se a sua utilização produzirá os efeitos desejados. No meio desta confusão, só existem três coisas que podem ser ditas com toda certeza: a primeira, é que apesar de tudo, os economistas e as autoridades governamentais de todo o mundo estão num vôo cego; a segunda, é que faça o que faça o governo americano, ele será absolutamente decisivo para a evolução da crise no resto do mundo; e a terceira, finalmente, é que apesar das incertezas, todos os governos envolvidos estão fazendo a mesma aposta e adotando as mesmas políticas de redução das taxas de juros, adoção de sucessivos pacotes fiscais de ajuda ao sistema financeiro e estímulo à produção e ao emprego, além de defender a regulação dos mercados.

Muitos consideram esta convergência uma vitória da “economia keynesiana”, mas do nosso ponto de vista, ela não tem a ver com nenhum tipo de vitória ou derrota, no campo da teoria econômica. Trata-se de uma reação emergencial e pragmática frente à ameaça de colapso do poder dos Estados e dos bancos e, como consequência, dos sistemas de produção e emprego. Foi uma mudança de rumo inesperada e inevitável, imposta pela força dos fatos e independente da ideologia econômica dos governantes que estão aplicando as novas políticas “intervencionistas”. Na verdade, o que se está assistindo, é uma versão invertida da famosa frase da Sra Thatcher: “there is no alternative”. Só que agora, depois de setembro de 2008, a nova convergência aconteceu sem maiores discussões teóricas ou ideológicas, e sem nenhum entusiasmo político, ao contrário do que aconteceu com a grande onda e hegemonia do pensamento liberal-conservador, dos anos 1980 e 1990, que atravessou os planos da vida política, econômica e intelectual das sociedades capitalistas. A teoria econômica ortodoxa não previu e não sabe explicar a crise atual, e em consequência não tem nada para dizer nem propor neste momento. São apenas lamentos e exclamações morais, contra os “vícios privados” e os “excessos públicos”, e

---

*José Luiz Fiori é professor de Economia Política Internacional no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.*

---

*Este texto é uma versão ampliada do artigo publicado originariamente no jornal Valor Econômico do dia 25 de fevereiro de 2009.*

por isso as teses ortodoxas e a ideologia liberal saíram do primeiro plano. Mas não morreram nem desapareceram – pelo contrário, permanecem atuantes em todas as frentes e montam trincheiras de resistência às políticas estatizantes que estão em curso. Uma resistência que tem crescido a cada hora que passa, dentro e fora dos EUA.

Do outro lado da trincheira, quase todos economistas keynesianos interpretam esta crise mundial, seguindo o argumento clássico de Hyman Minsky sobre a tendência endógena das economias monetárias à instabilidade financeira, às bolhas especulativas e aos períodos de desorganização e caos provocados pela expansão desregulada do crédito e do endividamento, momentos em que se impõe a intervenção pública e a regulação dos mercados. Apesar de suas divergências internas, a respeito de valores, procedimentos e velocidades, todos os keynesianos estão propondo uma intervenção massiva do Estado, para salvar

## **Ao contrário do que pensa a teoria econômica tradicional, no sistema monetário internacional instalado depois do fim de Bretton Woods, em 1973, não existe nenhum conflito entre a política e o mercado, entre o Estado e o capital.**

o sistema financeiro e reativar o crédito, a produção e a demanda efetiva. O problema é que a teoria de Minsky explica a origem imediata da crise do mercado imobiliário americano, mas não é suficiente para entender e prever a complexidade do seu desenvolvimento posterior. Por isto, os keynesianos também não sabem o que vem pela frente, nem têm como garantir antecipadamente o sucesso de suas recomendações.

Neste ponto, se esconde um paradoxo que em geral é escondido pela teoria econômica: o fato de os keynesianos compartilharem com os economistas liberais uma espécie de “erro liberal invertido” e complementar: enquanto os liberais acreditam na possibilidade e na eficácia da eliminação do poder político e do Estado do mundo dos mercados, os keynesianos acreditam na possibilidade e na eficácia da intervenção corretiva do Estado no mundo econômico. Mas tanto ortodoxos quanto keynesianos trabalham com a mesma idéia de um Estado homogêneo e externo ao mundo econômico que, num caso, é capaz de se retirar e ficar na porta do mercado, cuidadoso e atento como um guarda florestal, ou então, no outro caso, é capaz de formular políticas econômicas sábias e eficazes, a cada nova crise, como um Papai Noel a espera do próximo Natal, para distribuir seus presentes. Por isto, ortodoxos e keynesianos compartilham a mesma posição e a mesma dificuldade liberal de compreender e incluir, em seus modelos e recomendações, as contradições e as lutas políticas próprias do mundo econômico.

Tampouco conseguem entender a verdadeira natureza

do sistema monetário internacional instalado depois do fim do Sistema de Bretton Woods, em 1973. Dentro das novas regras e estruturas criadas a partir desta crise dos 70, os Estados Unidos definem de forma exclusiva o valor de uma moeda que é a um só tempo nacional e internacional, e que está lastreada nos títulos da dívida pública do próprio poder emissor da moeda. Além disto, os Estados Unidos possuem um sistema financeiro nacional desregulado, e são – ao mesmo tempo – a cabeça de uma “máquina de crescimento” global que funciona em conjunto com a economia nacional chinesa. Dentro deste sistema, extremamente complexo, toda crise financeira interna da economia americana pode afetar a economia mundial, pela corrente sanguínea do dólar flexível e das finanças globalizadas. E todos os seus ciclos internos de valorização de ativos (em particular imóveis, câmbio e bolsa de valores) se descolam com facilidade dos circuitos produtivos e mercantis, e se

balizam pelas variações da dívida pública e da política de juros do governo norte-americano. Por isto, as “bolhas” são sempre uma ameaça potencial para a economia mundial, mas não são apenas “capital fictício”, nem são apenas “especulação”. São mais do que isto, são um ciclo específico de valorização do capital, que só foi possível dentro de um sistema monetário e financeiro desregulado e atrelado diretamente

ao endividamento público do governo americano. Durante o período em que a “moeda internacional” teve uma base metálica, a libra e o dólar também tiveram uma restrição financeira intransponível, imposta pela necessidade de equilíbrio do balanço de pagamentos do país emissor da moeda de referência. Mas, depois do fim do Sistema de Bretton Woods em 1973, esta restrição desapareceu, pois o novo sistema monetário internacional “dólar-flexível” não tem nenhum tipo de padrão metálico de referência.

Neste sentido, pode-se dizer que houve uma nova “revolução financeira” na década de 1980, que provocou uma espécie de retorno às origens da relação entre o poder, a moeda e o crédito. Os EUA voltaram a definir, de forma soberana e isolada, o valor da sua moeda, apesar de ela já ser a moeda internacional, e também o valor dos seus títulos da dívida pública, apesar de eles terem se transformado na base de referência da própria moeda. Além disto, ao desregular seus mercados financeiros, o governo norte-americano também liberou a expansão quase infinitamente elástica do crédito, longe do mundo das mercadorias e do “valor-trabalho”, e limitado apenas pela capacidade de tributação e endividamento do próprio Estado americano – que ainda é um poder em expansão e que aumenta seu poder com o fortalecimento do seu crédito internacional e do seu capital financeiro.

Neste sistema, portanto, não existe nenhum conflito entre a política e o mercado, entre o Estado e o capital, como pensa a teoria econômica convencional. E tampouco existe um erro de regulação ou “déficit de atenção” do

poder público dos EUA, na origem da atual crise financeira mundial. Pelo contrário, a desregulamentação dos mercados financeiros e as “bolhas” ou ciclos de ativos dos anos 80 e 90 cumpriram um papel na financeirização capitalista e no enriquecimento privado, mas também no fortalecimento do poder fiscal e creditício do Estado e da moeda norte-americanos. Como consequência, agora, os passivos que estão realimentando a própria crise não são uma “massa podre homogênea”; pelo contrário, eles têm nome e sobrenome, individual, corporativo, partidário e nacional e envolvem interesses contraditórios que estão travando uma luta ferrenha em todos os planos e instâncias nacionais e internacionais. O Estado e o capital financeiro norte-americanos foram sócios no fortalecimento do poder político e econômico americano nos década de 80 e 90, e agora se defenderão à morte a cada novo passo e a cada nova arbitragem que imponha seu enfraquecimento dentro e fora dos EUA.

Por isto, neste momento não existe nenhuma solução técnica segura, nem existe nenhuma possibilidade de um acordo político à vista, entre os grupos de poder norte-americanos e entre as grandes potências. A crise atual poderá ser mais ou menos extensa e profunda, mas não será a crise terminal do poder americano, nem muito menos, do capitalismo. Por enquanto, não é provável uma fuga do dólar, porque o euro, o yuan e o yen não têm fôlego financeiro internacional. E acreditar na criação de uma moeda supra-nacional é fugir para o mundo da fantasia, desconhecendo o sistema mundial em que vivemos. Dentro deste sistema, não existe a menor possibilidade de que a liderança da expansão econômica do capitalismo possa sair das mãos dos “Estados-economias nacionais” expansivos e conquistadores, com suas moedas nacionais e com seus grandes predadores. Esta crise começou como um tufão, mas deverá se prolongar e aprofundar na forma de uma epidemia darwinista.